

Reunião do Grupo Gestor
Movimento Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária – 07/08/2023

No dia 07 de Agosto de 2023 às 14:00h, por meio da Plataforma google meet, foi realizada a reunião mensal do Grupo Gestor do MNPCFC com os seguintes participantes: Fernanda Martins, Jonathan Hannay, Edson Neris Bahia, Gilcilene Almeida Silva, Suzana Pellegrini, Maristela Cizeski, Elaine Lubarino de Jesus, Debora Vigevani, Dalízia Amaral Cruz, Jane Valente, Patrick Reason, Estela Argolo, Ivan Ferreira, Lorenzo Delaini, Dayse Bernardi, Raum Batista. Da equipe Providens participaram Leonardo Fontes e eu, Kyriam Magalhães. Fernanda Martins, atual Secretária Executiva do MNPCFC, iniciou a reunião com boas-vindas a todos e, em seguida solicitou ao Patrick para fazer a acolhida inicial. Ele então falou do carinho por esse espaço, por todos que participam, de conhecer outras realidades e países, de conseguir identificar o que é normal e o que é especial e, afirmou que não tem dúvida que o Movimento Nacional é extremamente especial para o assunto sobre investimento social e que os custos destinados no Brasil são muito pouco, sendo que no exterior chega a ser 20 vezes maior o investimento em pessoas. Falou que aqui a sociedade não é levada com sua devida importância, mas afirma que fora, mesmo com mais dinheiro, os resultados não são melhores e isso o provoca muito continuar as conversas sobre aqueles que são acolhidos e os acolhimentos. Fernanda disse que a luta é para não ser per capita e sim custeio / investimento social, com a Lei MROSC de nº 13.019, em Belo Horizonte já teve mudança com uma boa melhora, mas ainda é pouco e ela está nesta luta de identificar quanto custa uma criança no acolhimento institucional e na prevenção, porque isso deve ser dito por eles. Deveria ser de responsabilidade do poder público, uma vez que é de responsabilidade municipal e que possam lutar pelo orçamento da criança efetiva. Edson pontua que a Casa Lar e a Aldeias Infantis tem esses valores bem concretos, pode solicitar ao Sérgio que ele poderá passar mais dados em relação ao custo da criança e poderá contribuir com este processo de discussão. Patrick informou que o valor por semana no exterior pode chegar a 30 mil, e serve como reflexão para todos, não é só uma questão de nomenclatura. Disse também que os resultados não são os melhores visto que no Brasil temos muito menos crianças acolhidas que, por exemplo, na Inglaterra, mas é uma luta conseguir em nosso país um mil reais por semana por criança.////

Dando seguimento foi realizada a apresentação da Agenda 227 por Ivan. Ele informou que após a reunião do dia 02 de agosto, dando continuidade na proposta do Plano Nacional foram colocadas algumas questões que precisam do apoio do Movimento. Com relação ao refinamento nas metas, surgiram dúvidas em 12 das apresentadas na perspectiva de monitoramento. Apresentou então a planilha e os pontos que serão necessários esclarecimentos e/ou responder para facilitar o monitoramento fazendo então uma devolutiva no dia 21 de agosto de 2023. Ivan propôs então que por ser uma planilha com muitas informações e muitas metas poderia mostrar as que precisam ser

pensadas e depois de compartilhadas com os coordenadores de GT's para que cada grupo pudesse fazer sua respectiva análise e discussão e fechar até no entorno do dia 17 deste mês. Raun concordou que cada grupo precisa avaliar o campo relacionado e propor as alterações e sugestões finalizando assim num tempo mais ágil para avançar //////////////////////////////////////

Débora solicitou fazer um panorama geral e evidenciar as 12 metas que serão necessárias refinar, Ivan disse que elas já estão em destaque na planilha, a partir da meta 34, com observações. Fernanda lembrou que as metas devem ser mensuráveis, precisa ter atenção aos prazos e períodos previstos, pois será executada pelo Estado, União e/ou Municípios, e o Movimento irá apenas apoiar, fazer a incidência política ou alguma intervenção técnica necessária para que as metas aconteçam. Débora perguntou se estas são as metas que foram definidas como MNPCFM no ano passado ou se são outras. Ivan respondeu que são as metas propostas pelo Movimento e foi devolvido para pensar no sentido do monitoramento e responder as dúvidas que surgiram.///////

Débora aproveitou a oportunidade e pediu informações de qual é o posicionamento do Movimento em relação a estratégias, a maneira que vai se dar a ampliação do acolhimento em família acolhedora no Brasil, o que será defendido, e pediu um discussão para esclarecimentos, introduzindo sobre o assunto. Edson concordou desta necessidade de alinhar o posicionamento, pois pode ser diferente da Instituição, do pessoal ou da história de vida de cada um, sendo então três aspectos a serem considerados. Jane pontuou que sua defesa, enquanto Movimento, é primeiramente para que as crianças possam viver com sua família, depois vem a importância da família acolhedora, um acolhimento institucional de qualidade enquanto é feito a transição para essa modalidade e também a adoção centrada para um maior interesse da criança, sempre abordando sobre todos estes assuntos. Assinalou que o GT de acolhimento (familiar) está pensando em um documento com uma forma de apresentar e fortalecer uma transição segura. Ivan integrou a discussão falando o quanto é importante esse alinhamento, e perguntou se a defesa era de que: em municípios que já tem o Serviço de Acolhimento Familiar, será que essa questão da transição é um critério? Mas um critério para quê? Para co financiamento? O que está sendo pensado quando se coloca essa palavra que o critério é a transição? O que é o Movimento Nacional defende? Jane disse que se existe clareza nos municípios, o gestor tem que fazer o planejamento de orçamento que possibilite a transição e que enquanto Movimento tem que defender um direito e trabalhar para isso. Pontuando que merece um debate próprio para o assunto. Débora falou que enquanto Movimento tem duas possibilidades de estratégias para defender, uma seria que os novos serviços a serem implantados sejam em famílias acolhedoras outro seria incentivar a transição de acolhimento institucional para família acolhedora, um não anula o outro. Dayse expôs da sua preocupação, pois as pesquisas mostram a quantidade de vazios de atendimento que tem nos municípios brasileiros, sendo a maioria de pequeno porte e acredita que a expansão da família acolhedora é uma possibilidade e uma estratégia necessária para garantir o direito da convivência familiar e comunitária. Mencionou também que a transição é uma estratégia, mas fica preocupada

quando os municípios passam a pensar que é a única modalidade que deve existir no município, a extinção do acolhimento institucional, como se ele fosse um mal. Raum falou que referente o quão importante é essa definição do Movimento e buscar sempre as defesas previstas nos quatro grupos e não apenas um, fazendo talvez um resumo breve de todos. Jane disse que quando é convidada para falar de família acolhedora às vezes parece que será falado mal do acolhimento institucional o que não é verdade. Lembrou uma conversa com Fernanda quando começou a adotar um slide nas suas apresentações no qual fala dos quatro frentes do Movimento. tem Comentou também que se tem um trabalho muito grande para se fazer em união para crianças e adolescentes da família acolhedora e que, as vezes nós não estamos preparados de fato para atendermos adolescentes, e infelizmente, em nenhuma das modalidades acho que existem trabalhos bem feitos, mas não dá para generalizar. Precisa lutar em todas as frentes para que o melhor interesse da criança e adolescente seja realizado. Maristela sinalizou que tem municípios pequenos que políticas públicas melhores que as grandes metrópoles e com qualidade e quantidade suficientes. Fernanda ponderou que a pauta da Agenda 227 provocou a discussão e que pensava ser claro o posicionamento do Movimento, mas que fará um quadro com tudo que foi dito para a próxima reunião de setembro para amadurecer e pactuar coletivamente a posição do Movimento atualizando também o modelo de apresentação para repassar a todos. Reforçou que a tarefa é colocar a criança no centro da atenção e sempre lembrar porque o Movimento surgiu e que tem um Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária que trás os quatro eixos. Pontuou também que diante de todas as falas não se tem um resposta final, mas o plano nacional vai dizer isso, viver preferencialmente em família, independente do formato, da configuração, o acolhimento institucional tem que ser de qualidade, no ECA, no artigo 34, fala que é preferencialmente e que a adoção deve ser excepcional, o foco é a convivência familiar e comunitária. O Guia de Acolhimento Familiar feito por muitas mãos fala sobre este tema, reforçando que o interesse tem que ser da criança. Afirmou que precisa levar o assunto para as reuniões dos GT's e trazer para a reunião de setembro, mas neste momento o Movimento defende a ampliação do acolhimento familiar em nosso país, que ainda é muito pouco, apenas 6% e precisa crescer, ele é quase inexistente. Débora ressaltou que defender a transição não significa deixar de apoiar o cardápio de alternativas ainda que se cheguem à meta da Agenda 227 de 40%, os serviços de acolhimento institucional não vão deixar de existir e eles precisam ser de qualidade e o orçamento de fato precisa ser para todos. Afirmou que não chegará à meta nem de 20%, nem de 40% se não tiver a transição. Edson colocou que individualmente já tem a compreensão deste cardápio como resposta ao melhor interesse da criança e adolescente em cada uma das localidades. Falou também que um país continental vai levar um tempo de adaptação e o Movimento defendendo esse cardápio irá poder contribuir e levar o planejamento de respostas eficazes previstas como política pública para aquela localidade e terá a possibilidade de uma maior incidência na construção da política pública onde a criança passa a ter o protagonismo. E disse que com um documento em mãos quando surgir as dúvidas poderá

pesquisar e será um material a ser compartilhado nas diversas localidades até em termos de advogasse daquilo que é defendido. Dayse sinalizou que pode ter existido um equívoco em sua fala, não existem posições diferentes e sim que existem estratégias, no plural, que se conjugam e se complementam, e que precisa colocar todas elas. Fernanda lembrou que precisa trabalhar com prevenção, menos acolhimento familiar, institucional com mais praticas preventivas na nossa sociedade e se comprometeu que irá escrever um documento simples, claro, do que foi discutido, será pautado no encontro de setembro e propõe ser o único ponto de pauta para alinhamento conceitual. Ivan então encerrou sobre essa pauta e combinou que fica a disposição para esclarecer junto a cada GT e encerra a apresentação sobre a agenda 227.//

Posteriormente Maristela falou sobre o Encontro Estadual em Santa Catarina de acolhimento familiar onde foi discutido sobre as pautas de acolhimento familiar, família guardiã, família acolhedora e os municípios que ainda tem acolhimento institucional. Contou que reuniu um grupo de quase 100 pessoas de diversos meios e uma das propostas foi criar o Fórum Catarinense pelo acolhimento em família acolhedora. Uma Secretaria de Assistência Social sugeriu fazer igual ao Movimento Nacional que trabalha a convivência familiar e comunitária, surgindo então a proposta de pautar no Grupo Gestor do MNPCFC e após a manifestação criar o grupo em Santa Catarina que será o Movimento Catarinense em prol da Convivência Familiar e Comunitária. Sendo na mesma ideia do Movimento Nacional e que tenha o direito de solicitar adesão ao Fórum Nacional, ampliando os debates com garantias de direitos. Ela pediu então a opinião de todos para, posteriormente dar andamento. Fernanda citou que quando o GT surgiu foi criado o mineiro, ainda nem era Movimento Nacional, e com ele foi feito o Plano Estadual Pro Convivência Familiar e Comunitária, foram os pioneiros a ter no Estado e muitos municípios em Minas tinham o plano municipal porque trazia essa discussão do reordenamento do acolhimento institucional e implementação da família acolhedora. Suzana disse que é uma linha bem interessante, para não focar apenas num aspecto familiar e olhar o todo, pensando numa comissão para não sobrepor os processos atuais e tentar formas de apoiar essas comissões. Pensar, em nível estadual, os conselhos estaduais fomentarem esta constituição da comissão de convivência familiar e comunitária, pois logo vai sair a atualização do Plano Nacional e quem não tem deverá fazer o seu e quem tem deverá atualizar, será um maneira de integrar essa institucionalidade com os conselhos, apoiando e fomentando como Movimento. Ivan reforçou que o GT mineiro era ligado ao Conselho Estadual, pois, estava ainda comprometido ao período de fundação em 2004. Quando se reorganiza no artigo 16 do regimento interno do Movimento Nacional, fala-se dos movimentos estaduais de garantias da convivência familiar e comunitária, estabelecendo alguns parâmetros e importância deles a nível estadual, a discussão da convivência familiar e comunitária e a importância de estar próximo do Conselho Estadual. Lorenzo lembrou um pouco do que Ivan falou onde na Paraíba logo após a criação do Movimento Nacional teve um encontro em Recife e a sugestão da Claudia Cabral, na época, foi justamente criar os Movimentos Estaduais, saindo da estrutura do Nacional para os

estados, mas que ficou por um tempo, o único estado com este Movimento. Relembrou que tinha também um GT municipal em João Pessoa com atividades mais amplas e que foi quem incentivou a criação do Plano Estadual de Convivência Familiar e Comunitária no estado da Paraíba. Além disso, falou que no regimento interno tem pontos focais, mas também fala das possibilidades de movimentos estaduais, porém não foi para frente, reforçando que o assunto não é completamente novo. Jane lembrou que já foi dividido por regiões e que o Nacional ficaria responsável por esses eventos regionais e que cada representante estadual fomentasse para dentro dos seus estados. Considerou poder partir do Movimento uma diretriz para haver liberdade das pessoas fazerem, mas uma vez alinhado fortalece cada vez mais. Raum reforçou que quando estava construindo o Movimento Nacional ficou previsto no Regimento Interno, mas não foi aprofundado porque não tinham experiência, acredita na proposta da Maristela e que pode ser lançada, e, precisa alinhar as propostas nacionais e na própria região pelas diversas questões que Maristela trouxe. Pontuou que é uma ideia positiva, mas é um processo de construção e precisa ficar atento a ele, configurando limites e que unifique os Movimentos. Cabral disse que estes GT's em localidades podem prevenir a proliferação de diversas situações. O GG ficou então de construir um caminho junto, entre Movimento Nacional e Movimento Catarinense para fazer uma experiência e assim ter um crescimento, expandir pelo país e fazer valer o direito da convivência familiar e comunitária. Foi colocado em votação este apoio e deram parecer favorável sobre esta pauta.//

Dando prosseguimento Fernanda comunicou que o deputado André Quintão informou a ela que irá aprovar o Plano Nacional. Disse que o ofício foi feito e será encaminhado o quanto antes, tentará marcar uma reunião presencial com o deputado e alinhar como e quando irá fazer isso para não perder o foco. Reiterou também sobre a Moradia Assistida e Bolsa Autonomia, informou que serão duas bolsas de Oitocentos Reais cada, a casa já está sendo equipada e a seleção ficará por conta da Casa dos Anjos e CEDUC. Em setembro irá iniciar a experiência validada por este Movimento. Sobre o Encontro Internacional de março Fernanda avisou que já está caminhando e na próxima reunião trará mais informações. Finalizando sua fala afirmou que irá rever o Regimento Interno e se comprometeu a entregar até o final deste ano, com o apoio de todos do Movimento.//

Seguindo a reunião, Raum apresentou uma pré programação do Colóquio Internacional sobre o cuidado da criança e do adolescente na família extensa que acontecerá entre os dias 06 e 08 de novembro no Rio de Janeiro e informou que em breve irá abrir as inscrições. Estela perguntou se será feito o ofício convite e Raum sinalizou que o mesmo já está sendo feitos. Lorenzo perguntou se teria o acolhimento com hospedagem nas universidades, Raum disse que até então a parceria está somente com o IBIS, mas irá tentar com alguns parceiros de Igrejas Católicas para a possibilidade de oferecer algum espaço. Jonathan parabenizou sobre a programação apresentada em especial ao filme que estará na programação que fala da preferência de toda criança criada no

seio da sua família informando que uma das famílias do filme estará presente no evento para dialogar sobre o tema.//

A próxima pauta foi sobre os informes de cada Grupo de Trabalho do Movimento e Suzana do GT de Família Acolhedora deu início informando que seu grupo não teve reunião em julho, devido a muitas pessoas estarem de férias, e foi definida a alteração dos encontros para terceiras segundas-feiras do mês, a próxima será dia 21 de agosto e um grupo paralelo está escrevendo um esboço de um documento sobre as transições, trazendo diretrizes, parâmetros que auxiliem os municípios que entenderem a importância desta transição. Ivan deu andamento e falou sobre o GT de Acolhimento Institucional informando que também não tiveram reunião em julho e os próximos encontros acontecerão na terceira segunda-feira de cada mês e ideia é retomar os pensando em algumas formações que já estavam previstas sobre o acolhimento institucional. Logo após Estela falou sobre os últimos acontecimentos do GT de adoção teve período de férias, saídas, mas conseguiram angariar novos colegas para participar do grupo. Contou que no Distrito Federal estão passando por situações de crianças que estão sendo retiradas das suas mães em situação de rua e que a grande maioria está indo para adoção. A demanda chegou pelo CREAS e com o apoio da Promotoria da Infância o grupo está pensando em formas para que estas crianças não fossem levadas diretamente para a Vara da Infância e seguindo para adoção. O GT começou então a pensar formas de trabalhar e de ver as iniciativas dos outros estados para ver como poderia fazer para que isso viesse a ficar em evidência e tivesse alguma forma de contestar, de criar alternativas para não acontecer, pensando nisso, está em construção um seminário sobre o tema que acontecerá em novembro (nos dias 22, 23 e 24). Com este Encontro a ideia é também produzir um produto (guia ou cartilha) informando para a rede o protocolo. Pois muitos promotores até a própria rede desconhecem quando se fala de guarda subsidiada, acolhimento em conjunto eles não sabem nem onde tem. Débora lembrou da vontade de convidar para este GT e até para o Seminário a Associação de Pessoas Adotadas, chamada Associação Adotiva que são pessoas que já passaram por esta experiência. Estela respondeu a Débora que entrou em contato e que a pessoa contatada cobrou para participar e o que o GT não tem como custear e que se alguém tiver alguém disponível para passar o contato ela poderá fazer o convite. Raum informou que o documento anteriormente enviado a ela tem recomendações, fluxos e que é um material interessante sobre o tema. Continuou a fala com Raum falando sobre o GT de Prevenção e informou que estão fazendo vários eventos *on line* sobre o assunto e o próximo, ainda sem data definida, será sobre os povos originários e assim que decidido melhor será repassado ao GG, provavelmente na próxima reunião. Reforçou que em novembro terá o Colóquio de família extensa e está previsto de fazer, talvez até o fim do ano, uma publicação sobre o trabalho comunitário em parceria com a PUC Minas, ainda em construção. Falou também da vontade de convidar novos membros para compor o GT de prevenção.//

